

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Psicologia 7ª Região – CRPRS, criado pela Lei 5.766/71, constitui uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

O CRPRS tem jurisdição em todo o estado do Rio Grande do Sul e sede em Porto Alegre.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Portaria nº 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu a STN a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

Diante do exposto, o CRPRS iniciou o processo de convergência a partir de janeiro de 2012 adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e implantando o novo sistema SISCONT.NET.

2.2. Critérios e Políticas Contábeis

Com a adoção dos novos procedimentos contábeis, desde 2012, passou-se a aplicar o regime de competência para todos os atos e fatos que afetam o patrimônio da Instituição, realizando, dessa forma, o reconhecimento dos créditos tributários a receber, a constituição de ajustes de perdas de créditos e a mensuração dos estoques.

Em janeiro de 2013, foram realizados os ajustes necessários no Imobilizado decorrentes da avaliação inicial, feita pela empresa Unisis Administração Patrimonial e Informática Ltda., de todos os bens móveis e imóveis adquiridos nos anos anteriores, sendo registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores.

Outro procedimento contábil introduzido em 2013 foi o registro da depreciação, que será detalhado no item 2.3 subitem III letra b.

2.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis instituído pela Resolução CFP nº 010/2007.

I- Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2016 é demonstrado pela diferença entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 8.794.838,38 e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 7.811.468,11, apresentando um superávit orçamentário de R\$ 983.370,27.

II- Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2016 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 8.794.838,38) com os extraorçamentários (R\$ 5.141.362,64) que foi de R\$ 13.936.201,02 e dos dispêndios orçamentários (R\$ 7.811.468,11) e extraorçamentários (R\$ 5.227.272,12) que foi de R\$ 13.038.740,23, apresentando um resultado positivo de R\$ 897.460,79 o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte (R\$ 3.769.258,36) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 2.871.797,57).

III- Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública.

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (compostos pelos Créditos Tributários a Receber de Anuidades e Fundo de Seções, pela Dívida Ativa e deduzidos pelo Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (Adiantamento de férias a funcionários e Provisão de INSS a recuperar), Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado) e Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente (Valores de Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções repassados automaticamente ao CFP referente Anuidades de 2017 recebidas em dezembro de 2016).

A Provisão de INSS a recuperar, que compõe os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, refere-se a um Processo de natureza tributária com devolução de tributo com decisão favorável ao CRPRS.

A Provisão de INSS a recuperar apresenta a seguinte composição:

Número do processo	Ano	Autor	Natureza	Valor (R\$)	Status	Probabilidade de entrada de recursos	Previsão de Recebimento
5000195-29.2016.4.04.7100	2015	UNIÃO - FAZENDA NACIONAL	Cível - Anulatória de	90.339,72	Decisão favorável	Certeza	Precatório: dezembro de 2017

b) Ativo Não-Circulante

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis, deduzidos pela Depreciação.

Conforme já descrito no item 2.2, em janeiro de 2013, foram lançados os ajustes decorrentes da avaliação inicial, realizada por empresa especializada, de todos os bens móveis e imóveis adquiridos nos anos anteriores, sendo registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores.

A partir de então, também foi introduzido o procedimento contábil de registro da depreciação com a adoção do método de quotas constantes e a definição da vida útil e do valor residual, para os bens móveis, de acordo com a tabela que consta no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), demonstrado abaixo:

TÍTULO	VIDA ÚTIL (anos)	VALOR RESIDUAL
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Outros Bens Móveis	10	10%

Os parâmetros definidos para a depreciação dos bens imóveis, de acordo com o laudo técnico de avaliação, foram vida útil de 54 anos e valor residual de 70%.

O Imobilizado apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
BENS MÓVEIS	229.649,24	313.400,99
Móveis e Utensílios	343.515,49	337.550,49
Máquinas e Equipamentos	95.682,20	94.272,40
Utensílios de Copa e Cozinha	29.260,99	26.469,99
Equipamentos de Processamento de Dados	154.006,43	154.006,43
Outros Bens Móveis	13.826,00	13.826,00
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	406.641,87	-312.724,32
BENS IMÓVEIS	3.005.153,52	3.024.541,92
Salas	3.081.091,47	3.081.091,47
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	75.937,95	-56.549,55
TOTAL IMOBILIZADO	3.234.802,76	3.337.942,91

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (compostas por impostos a recolher), Obrigações de Repartição a Outros Entes (Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções a repassar ao CFP), Provisões a Curto Prazo (Provisões para férias) e Demais Obrigações a Curto Prazo (Anuidades Recebidas Antecipadamente e Mensalidade Sindical descontada em Folha de Pagamento a repassar ao Sindicato).

d) Passivo Não-Circulante

O Passivo Não-Circulante inclui Provisões a Longo Prazo compostas por Provisões para Riscos Cíveis dos processos judiciais propostos contra o CRPRS referente à Devolução de Anuidades.

A Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo apresenta a seguinte composição:

Número do processo	Ano	Autor	Natureza	Valor (R\$)	Status	Obrigaçã	Probabilidade de saída de recursos	Possibilidade de estimativa confiável do valor	Previsão de prazo para saída de recurso
5034488-30.2013.404.7100	2013	ELAINE XAVIER FONSECA	Indenizatória	923,15	sentença procedente	Presente	Provável	Possível	24 meses
5001438-35.2012.404.7104	2012	VANESSA BERTUZZI ANTUNES DOS SANTOS	Indenizatória	1.300,00	sentença procedente	Presente	Provável	Possível	24 meses
5032332-69.2013.404.7100	2013	FRANCISCO GUERGUEN NETO	Indenizatória	1.079,89	sentença procedente	Presente	Provável	Possível	24 meses
5042131-39.2013.404.7100	2013	CARMEN LÚCIA ACAUAN TEIXEIRA	Indenizatória	835,95	sentença procedente	Presente	Provável	Possível	24 meses
5039781-78.2013.404.7100	2013	DANIELA DA SILVA SOPEZKI	Indenizatória	876,94	sentença procedente	Presente	Provável	Possível	24 meses
5003936-70.2013.404.7104	2013	ALINE SBERSE SENGIK	Indenizatória	1.300,00	sentença procedente	Presente	Provável	Possível	24 meses
		TOTAL		6.315,93					

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2016 demonstra o total do Ativo de R\$ 7.807.317,65 e o total do Passivo de R\$ 509.727,00, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 7.297.590,65, o qual está constituído pelo Superávit do Exercício de R\$ 913.612,67, pelo Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores de R\$ 6.280.382,68 e pelos Ajustes de Exercícios Anteriores de R\$ 103.595,30 (positivo).

IV- Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP do exercício de 2016 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 10.367.665,08 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 9.454.052,41, gerando como resultado patrimonial do período um Superávit de R\$ 913.612,67.

V- Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2016 foi de R\$ 897.460,79, apurada através do Fluxo de caixa líquido das atividades das operações de R\$ 905.300,59 e do Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento negativo de R\$ 7.839,80.

2.4. Passivos Contingentes

Passivo Contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

O Passivo Contingente apresenta a seguinte composição:

Número do processo	Ano	Autor	Natureza	Valor (R\$)	Status	Obrigação	Probabilidade de saída de recursos	Possibilidade de estimativa confiável do valor
0020634-41.2015.5.04.0103	2015	SIMONE BITTENCOURT LEROY	Recl. Trabalhista	32.000,00	Aguarda julg TRT/Sent desfav.	Possível	Provável	Possível
0021420-54.2016.5.04.0005	2016	ADRIANA DAL ORSOLETTA	Recl. Trabalhista	39.400,00	Aguarda audiência instru�o	Possível	Provável	Possível
0021435-72.2016.5.04.0021	2016	FLÁVIA CARDOSO DE MATTOS	Recl. Trabalhista	39.400,00	Aguarda audiência instru�o	Possível	Provável	Possível
0021403-64.2016.5.04.0022	2016	L�CIO FERNANDO GARCIA	Recl. Trabalhista	39.400,00	Aguarda audiência instru�o	Possível	Provável	Possível
0021433-29.2016.5.04.0013	2016	LETÍCIA GIANNECHINI	Recl. Trabalhista	39.400,00	Aguarda audiência instru�o	Possível	Provável	Possível

3. Considera es Finais

As Demonstra es Contábeis encerradas em 31/12/2016 e a Presta o de Contas do exercício de 2016 serão aprovadas pelo Plenário do CRPRS e enviadas ao CFP para aprecia o e julgamento.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Silvana de Oliveira
Conselheira Presidente
CRP-07/11463
CPF 909.435.030-00

Fernanda Facchin Fioravanzo
Conselheira Tesoureira
CRP-07/17713
CPF 813.823.590-04

Aline Clivatti dos Santos
Contadora
CRCRS n  66.415
CPF 684.530.190-53